



PCMG deflagra 2ª fase da operação Padrão no Norte de Minas

A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) deflagrou, na manhã desta quinta-feira (14/5), a segunda fase da operação Padrão, que apura a atuação de uma organização criminoso suspeita de fraudar o fornecimento de energia elétrica, lavar capitais, comprar votos e praticar fraude em processos licitatórios nos municípios de Espinosa e Mamonas, no Norte do estado.

Nesta etapa, foram cumpridas medidas cautelares patrimoniais autorizadas pela Justiça, incluindo o sequestro de veículos e imóveis, além do bloqueio de contas bancárias ligadas aos investigados e às empresas envolvidas. O montante bloqueado chega a aproximadamente R\$ 1 milhão.

Entre os bens arrecadados estão caminhonetes, caminhões, motocicletas, automóveis, além de um sítio e um terreno situado em um condomínio de alto padrão. Também foram cumpridos seis mandados de busca e apreensão em endereços residenciais e comerciais, onde os policiais encontraram documentos, cheques e outros materiais considerados importantes para o avanço das investigações.

Investigação

Ao longo dos levantamentos, surgiram indícios de que o grupo atuava de forma estruturada em esquemas clandestinos de instalação irregular de redes elétricas, possível ocultação de patrimônio e uso de interpostas pessoas.

Entre os investigados está um ex-parlamentar de um dos municípios, apontado como possível líder do esquema. Também são apuradas as condutas de três pessoas suspeitas de atuarem como laranjas, além de três empresas que teriam sido utilizadas para movimentar e ocultar recursos provenientes das práticas ilícitas.

Durante o trabalho investigativo, surgiram ainda relatos de intimidação e ameaças contra pessoas envolvidas no processo de regularização das instalações na concessionária responsável pelo abastecimento de energia. Há indícios de que funcionários teriam sido coagidos, fato que também passou a integrar a investigação.

Segundo o delegado responsável, Eujecio Coutrim Lima Filho, “as medidas desta fase têm o objetivo de desarticular a estrutura financeira do grupo, assegurar a efetividade da persecução criminal e viabilizar a conclusão desta etapa das apurações”, disse.

Modo de agir

As apurações mostram que o grupo realizava instalações clandestinas de redes elétricas sem observar normas técnicas, utilizando materiais de procedência duvidosa, padrões supostamente desviados e documentos falsificados. Além dos prejuízos financeiros, as irregularidades representavam risco à segurança da população.

Há também indícios de lavagem de capitais por meio da ocultação patrimonial, com empresas registradas em nome de terceiros, e da utilização indevida de veículos pertencentes a associações comunitárias em benefício de empresas ligadas ao principal investigado.

A operação teve apoio de policiais civis do 11º Departamento de Polícia Civil e da Delegacia Regional em Janaúba.

As investigações continuam para completa elucidação dos fatos e responsabilização dos envolvidos.